

# **ESTUDOS CULTURAIS: convergências entre os estudos pós-colonialistas e a análise do discurso na pesquisa social**

Discussão na teoria social

GT16: Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais

Rosângela Tenório de Carvalho

## **RESUMO**

Neste texto, argumentamos em defesa da articulação entre correntes teóricas e metodológicas como o pós-colonialismo e a análise do discurso na perspectiva foucaultiana no âmbito dos Estudos Culturais. Entendemos que essa articulação potencializa análises qualitativas nas ciências sociais, ciências humanas e na prática social, especificamente no que se refere às diferentes dinâmicas sociais. Destacamos na teorização pós-colonialista a dinamização e a ressignificação de conceitos, o questionamento das verdades imperiais na cultura dominante em um cenário que se reconhece como sociedade global; e na análise do discurso destacamos o debate sobre as formas de perguntar e orientar a pesquisa a partir das condições de possibilidade dos discursos com vistas a identificar os efeitos de verdade produzidos pelos discursos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos Culturais, Análise do Discurso, Pós-Colonialismo.

## **INTRODUÇÃO**

No âmbito do debate da pesquisa nas ciências sociais e ciências humanas, a convergência entre as correntes teóricas e metodológicas pós-colonialismo e análise do discurso no campo dos Estudos Culturais têm contribuído para o impulso a uma forte crítica ao pensamento imperial e as formas de normalização da cultura pela relação cultura e linguagem.

Os Estudos Culturais tal como se reconhece hoje, teve sua expressão publicizada nos textos “As utilizações da Cultura” de Hoggart, “Cultura e sociedade 1780 – 2950” de Williams e “A Formação da classe operária inglesa” de E. P. Thompson, segundo informa Hall (2003), um dos teóricos dos Estudos Culturais. Hall chama a atenção para a tese contida nesses textos: a cultura, enquanto local de convergência, concentra questões relacionadas a mudanças históricas advindas das modificações econômicas e políticas, isto é, ressalta o potencial da palavra cultura na análise da sociedade. Esses textos representam, em seu conteúdo, o que se reconhece como a vertente culturalista nos Estudos Culturais. Versão que tem nos estudos de Thompson o contraponto ao papel residual da cultura, na medida em que conceitua a cultura como “[...] algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana [...]” (HALL, 2003, p.133- 134).

Em sua análise de sobre os Estudos Culturais, Hall (2003) contempla a entrada de estudos vinculados ao estruturalismo e a contribuição deles para esse campo com o paradigma linguístico. Cita o papel de Lévi-Strauss ao conceituar a cultura: “[...] categorias e quadros de referência linguísticos e de pensamento através dos quais as diferentes sociedades classificam suas condições de existência – sobretudo [...] as relações entre os mundos humano e natural” (HALL, 2003, p. 146). Apresenta a tensão, no âmbito do paradigma culturalista e do paradigma estruturalista, em relação ao conceito de experiência. Enquanto, para o culturalismo, a experiência é o vivido, para o estruturalismo, a

experiência não pode ser o fundamento, pois viver e experimentar só pode acontecer dentro e através de categorias e quadros de referência da cultura.<sup>1</sup>

Na abordagem estruturalista, Hall cita a iniciativa que adota o caminho da diferença com realce para o trabalho de Foucault. Afirma então: “Foucault possibilitou um grato retorno à análise concreta de formações ideológicas e discursivas específicas e aos locais de sua elaboração” (HALL, 2003, p.156). Vai realçar, porém, as análises a partir da perspectiva da obra de Gramsci e de Laclau pela ênfase à ideologia como um terreno de lutas<sup>2</sup>, revelando a sua afiliação a essa perspectiva: “[...] na minha visão, é a vertente dos Estudos Culturais que tentou pensar partindo dos melhores elementos dos paradigmas culturalista e estruturalista, através de alguns dos conceitos elaborados por Gramsci, a que mais se aproxima das exigências desse campo de estudo”.<sup>3</sup>

Há evidentemente uma série de paradigmas ativos (HALL, 2003) em convergência no campo dos Estudos Culturais, e Nelson, Treicheler, e Grossberg (1995, p. 9) apresentam essas convergências de referência ao situarem esse campo como “[...] uma espécie de processo, uma alquimia para produzir conhecimento útil sobre o amplo domínio da cultura humana”. Para os/as autores/as, essa alquimia se aproveita de campo teórico – como o marxismo, o feminismo, a psicanálise, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo - na busca de [...] “compreender a transformação social e a mudança cultural”<sup>4</sup>.

Do ponto de vista metodológico, ainda segundo os/as autores/as, [...] não tem nenhuma metodologia exatamente conformada, ou seja, “nenhuma análise estatística, etnometodológica ou textual singular que possam reivindicar como sua. Sua metodologia, ambígua desde o início, pode ser mais bem entendida como uma *bricolage* (NELSON, TREICHELER, GROSSBERG 1995, p.9).

Tal posicionamento metodológico define a importância da relação entre os problemas de pesquisa e o contexto no qual esses problemas emergem, ao mesmo tempo em que se assume o risco da posição tomada – associação a múltiplos métodos, seja pelas dificuldades em relação à ação dos sujeitos, seja pelo comprometimento com o rigor necessário na produção de conhecimentos. Essas questões têm sido uma das tensões no âmbito dos Métodos Qualitativos (MELUCCI, 2005). A nosso ver esse problema aguça, instiga o debate no campo da pesquisa qualitativa o que pode ser produtivo para o debate instituído nesse campo.

Nesse texto optamos por dar visibilidade a duas perspectivas teóricas de pesquisa: a análise arqueológica do discurso (FOUCAULT, 1995, 1999) e a análise pós-colonialista (FREIRE, 1974; FANON, 1975; SAID, 1999; MACLAREN, 1993; BHABHA, 2001; LANDER, 2003, CARVALHO, 2004, 2011). Esses aportes teóricos e metodológicos têm na relação linguagem e cultura uma das estratégias de interpelação sobre a possibilidade de se identificarem elementos das dimensões constitutivas dos saberes e seres modernos.

Melucci (2005), ao tratar da virada epistemológica no campo de pesquisa sociológica, apresenta a linguagem como uma das principais características dessa redefinição epistemológica pelo papel central no conhecimento sociológico. Para o autor não há conhecimento sociológico que não passe através da linguagem situada (MELUCCI, 2005, p. 33).

Lembremos com Williams (1992) de sua síntese sobre cultura como um sistema de significação realizado a partir da convergência que buscou com os sentidos antropológico e sociológico de cultura – modos de vida global – e o sentido mais especializado de cultura - atividades artísticas e intelectuais – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia até o jornalismo, moda e publicidade – que agora constituem um campo complexo e necessariamente extenso (p.13).

Sob tais referências nas seções que seguem destacamos na teorização pós-colonialista a dinamização e a ressignificação de conceitos, o questionamento das verdades imperiais na cultura

<sup>1</sup> Op.Cit. p. 147.

<sup>2</sup> Id.Ibid, p.157.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_, p.157.

<sup>4</sup> Nelson, Treicheler, e Grossberg (1995, p34)

dominante em um cenário que se reconhece como sociedade global; e na análise do discurso destacamos o debate sobre as formas de perguntar e orientar a pesquisa a partir das condições de possibilidade dos discursos com vistas a identificar os efeitos de verdade produzidos pelos discursos.

### **A TEORIZAÇÃO PÓS- COLONIAL: conceitos básicos para a análise qualitativa**

Os estudos pós-colonialistas são reconhecidos por Nelson *et al* (1995) em sua importância e tradição no âmbito dos Estudos Culturais em particular com sua crítica “[...] à construção normalizante e exotizante da cultura e da alteridade, constitutiva da Antropologia tradicional”. Ressaltam os/as autores/as a construção da ideia de uma antropologia pós-disciplinar que implique uma “nova etnografia”. Tal formulação tem provocado tensões e, ao mesmo tempo, chamado a atenção para uma associação com estudos densos, do ponto de vista linguístico, autorreflexivos e especulativos<sup>5</sup>.

A teoria pós-colonial, como região privilegiada do debate acerca das relações sociais e culturais tem dinamizado e ressignificado conceitos, questionado certezas e verdades imperiais entranhadas na cultura dominante em um cenário que se reconhece como sociedade global (MOREIRA; MACEDO, 2000, p. 112). Tendo como paradigma o hibridismo cultural e histórico do mundo pós-colonial, esta teorização vem subsidiando estudos, investigações e análises que contemplem as relações de poder entre diferentes nações que englobam a herança econômica, política e cultural da conquista colonial europeia (SILVA, 2000, p. 129). A perspectiva pós-colonial, segundo McLaren (1993, p. 14), emerge num contexto onde a organização social das lutas discursivas tem privilegiado novas formas de dominar, e, portanto como um espaço para “novas liberdades e recriações de relações de poder”.

Mesmo que reconheçamos que a epistemologia da colonização sofreu transformações significativas, condicionadas por processos sociais, políticos, econômicos e culturais dos séculos mais atuais, em particular a partir do século XIX, com a consolidação dos dispositivos da sociedade disciplinar - como as ciências, a escola -, podemos dizer que há uma epistemologia colonial que, em sua regularidade enunciativa, mantém-se, isto é, está presente nos campos das ciências sociais e das ciências humanas, no âmbito das relações entre saberes, nas formas de inferiorização: dos emigrados do campo para a cidade; das mulheres; dos homens e mulheres de cor; dos homens e mulheres em suas orientações sexuais diferentes do que está autorizado como relações normais; dos povos indígenas e, principalmente, quando o discurso moderno, afirma e reafirma a primazia do discurso do conhecimento universal firmado na concepção eurocêntrica ou americana do norte.

Grande parte dos estudos desenvolvidos na perspectiva pós-colonial está voltada para o campo literário, para a análise de obras escritas do ponto de vista dos dominadores (análise das narrativas que constroem o Outro colonial enquanto objeto de conhecimento e sujeito subalterno) e análise de obras escritas por pessoas pertencentes aos grupos colonizados (análise das narrativas de resistência ao olhar e poder imperial). Os estudos de Frantz Fanon são exemplos relevantes no campo dos estudos pós-coloniais e têm sido referência para diversos estudos. A importância dos estudos de Fanon está mencionada em dois estudos de referência no campo do pós-colonialismo: o estudo de Paulo Freire nos anos 1970 *Pedagogia do Oprimido*, e o estudo de Homi Bhabha, nos anos 1990, *O Local da Cultura*.

Para Silva (2000, p. 131), essa teoria, na versão contemporânea, representada por autores como Homi Bhabha e Edward Said, contempla em suas análises, tal como as versões pós-modernas e pós-estruturalistas, as indagações sobre as relações de poder e as formas de conhecimento que colocaram o sujeito imperial europeu em sua atual situação privilegiada, reconhecendo que essa versão pode ser um item relevante no questionamento e crítica dos currículos cujo foco são as obras de destaque “cânone ocidental”. Acrescentamos a sua importância, ainda, para análises críticas dos currículos centrados nos textos que fazem parte dos chamados textos de conhecimentos histórico-sociais e de textos ditos das

---

<sup>5</sup> Id. *ibid*, p.34.

áreas das ciências, ao mesmo tempo em que reafirmamos a sua adequação a estudos que têm como foco os discursos que vêm construindo o Outro com um tipo de representação ocidental e com a sua vontade de governá-lo. Assim, quando são feitas análises, e, portanto narrativas, que marginalizam identidades que não estão em conformidade com os modelos hegemônicos e uniformes tão presentes nas novas formas de imperialismo cultural no contexto da globalização.

Cabe, no entanto, aqui situar que nem sempre os estudos fundamentados na teoria pós-colonialista abarcam os aspectos acima mencionados. Muitos desses estudos e análises tomam como base de referência apenas uma categoria de análise tais como gênero ou raça incorrendo, no seguinte dizer de Canen, Arbache e Franco (2000, p. 11): “na limitação de se homogeneizar e/ou congelar esta construção identitária, o que poderia levar a uma análise que isola ou mantém num “gueto esta identidade”.

Nessa mesma perspectiva, Moreira e Macedo (2000, p. 111), no campo da educação, fazem críticas a análises que não contemplem as interações entre colonizador e colonizado, as resistências e adaptações no campo das transferências de discursos no campo educacional. O que eles defendem é uma abordagem que dê realce também, e especialmente, aos movimentos de resistência e às suas implicações nas construções das proposições educativas.

Essa é a perspectiva que se predente defender, ou seja, a perspectiva de reforçar a importância de análises que conjuguem os aspectos da dominação e da resistência. Em consonância com Silva (2000, p. 134), defendemos que é tarefa da perspectiva pós-colonial estar atenta, por exemplo, a formas aparentemente benignas de representação do Outro nos diversos campos do discurso educacional, particularmente nos currículos contemporâneos, nas formas superficialmente vistas como ‘multiculturais’ em que o Outro é ‘visitado’ de uma perspectiva do turista (HUSÉN, 1989), “a qual estimula uma abordagem superficial e *voyeristas* das culturas alheias” ou, como afirma Leite (2002, p. 143): “um tipo de currículo que trabalha esporadicamente e de forma fragmentada temas da diversidade cultural, (...) promovendo um olhar do ‘diferente’ como algo de estranho e exótico”. Essa formulação desenvolvida por Silva e por Leite encontra ressonância na abordagem freireana de educação e nas abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas, em sua influência ao campo da teoria pós-colonialista do currículo, e é abordada de forma sucinta, em nosso texto, realçando as questões que se referem à cultura.

Freire (1997, p 31) enfatiza a dimensão múltipla da interculturalidade, e, nesse sentido, ressalta que “as diferenças interculturais existem e apresentam cortes: de classe, de raça, de gênero e, como alongamento destes, de nações” e alerta-nos para o fato de que “essas diferenças geram ideologias, de um lado, discriminatórias, de outro de resistência”. Na realidade, Freire indica a complexidade e ambivalência que a categoria diferença carrega consigo, questão que vem sendo reafirmada por Deleuze, Bhabha, Lacan e Derrida, entre outros (SHÄFFER, 1999, p. 24).

Como um dos precursores da problematização da cultura no campo educacional, no Brasil, Freire, ao sistematizar a Pedagogia do Oprimido (1974), acolhe argumentos das análises pós-colonialistas de Franz Fanon (Los Condenados de la Tierra-1965) e de Albert Memmi (The Colonizer and the Colonized-1967), ao mesmo tempo em que, ele mesmo, vai desenvolvendo uma reflexão na qual está presente a sua preocupação com os processos de dominação colonial inclusivamente no campo da educação. Essa questão é ampliada e desenvolvida por Freire quando no exílio e em particular ao assessorar programas educativos em países africanos em processo de reconstrução das suas nacionalidades, após longos períodos como colônias europeias.

A nosso ver, os *topoi* nos quais a teoria pós-colonialista vem construindo o seu discurso, parecem estar formando um lastro de elementos-chave que podem contribuir de forma substantiva nas análises no campo das ciências sociais e humanas, em particular, nos processos de construção do saber-ser, reconhecidos hoje como processos de construção de subjetividades múltiplas, ou de identidades híbridas.

## **ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO: contributo para a pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais e humanas**

Nessa seção, pretende-se argumentar em defesa da importância da abordagem arqueológica do discurso de Michel Foucault para a pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais e ciências humanas. Os elementos constitutivos dessa análise são: cultura e linguagem e processos de regulação da linguagem na construção dos objetos de saber-poder-ser. Assume-se, junto com Willinnsky (1999), a análise arqueológica do discurso como uma forma de tratar tudo o que tem sido dito sobre cultura como práticas que formam sistematicamente os objetos de que se fala.

Essa questão está nomeada por Melucci (2005, p.33), em sua reflexão sobre pesquisa qualitativa e cultura, ao defender como uma das principais características da redefinição epistemológica na pesquisa social a centralidade da linguagem, isto é, segundo o qual tudo que é dito estende-se a alguém em determinado lugar e, em relação ao conhecimento, não que não há conhecimento em sociológico que não seja viabilizado pela linguagem, pela linguagem situada.

A análise do discurso foucaultiana identificada como Arqueologia do Saber está associada à proposição de Foucault em investigar a história dos sistemas de pensamento e, do ponto de vista metodológico, está relacionada à descrição de eventos discursivos. Para Foucault, o método de análise é a arqueologia do saber. Método que não significa um ponto de partida, mas o resultado de um processo, também histórico e baseado no fato de que “para dar conta de um determinado discurso, é indispensável considerá-lo interna e externamente”. Essa análise tem como característica a mobilidade da pesquisa que não aceita se fixar em cânones rígidos e é sempre instruída pelos documentos pesquisados (MACHADO, 1981, p. 14). Os objetivos da análise consistem em estabelecer as condições de possibilidade dos discursos e das práticas discursivas e identificar os efeitos de verdade produzidos pelos discursos, inclusive os efeitos produzidos nos processos de constituição dos indivíduos.

Em sua arqueogenealogia (em que trata da questão do sujeito), Foucault trabalha o conceito de governamentalidade, dando ênfase a processos de regulação social, seja na medicina, na educação, na reforma social, na demografia e criminologia (BARKER; GALASINK, 2001, p.13). A noção de governamentalidade relaciona conhecimento e poder: “atende à conexão entre conhecimento e poder que ocorre através da ordenação e da disciplina das regras e dos padrões mediante os quais os indivíduos ‘raciocinam’ sobre eles mesmos e sobre o mundo” (POPKEWITZ, 2000, p. 142).

Observa-se na arqueologia de Foucault um caminho metodológico para análise de questões situadas nos lugares e nãolugares onde se dá a ação de normatização da cultura, em particular aquelas questões relacionadas com problemas culturais que emergem em consequência de lutas culturais no final do século XX e início do século XXI.

Pode dizer-se que na base dos estudos de Foucault está o processo de construção de identidades culturais. O próprio autor reconhece que, no seu trabalho trata da questão: “[...] como constituímos diretamente nossa identidade por meio de certas técnicas de si, que se desenvolveram desde a Antiguidade até os nossos dias?” (FOUCAULT, 2004, p.302). Dessa forma, tem estudado a maneira como um ser humano constrói sua identidade e, nessa ótica, situa como seus principais problemas: i) Quais são as relações que temos com a verdade por meio do saber científico, quais são nossas relações com esses ‘jogos de verdade’ que são tão importantes na civilização e nos quais somos ao mesmo tempo sujeito e objeto? ii) Quais são as relações que estabelecemos com os outros por meio dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, iii) Quais as relações entre verdade, poder e si?<sup>6</sup>

Acrescenta Foucault “Eu gostaria de terminar com uma pergunta: Que poderia ser mais clássico do que essas perguntas e mais sistemático do que passar da questão um à questão dois e a três para

---

<sup>6</sup> Id.Ibid., p. 300.

tornar à questão um? É precisamente aqui que estou” (FOUCAULT, 2004, p.302). Em síntese, pretendeu com seus estudos chamar atenção para a relação entre mudanças históricas precisas e fatos que se considera familiar, universal.

Ao tematizar questão relativa à produção de subjetividades, Foucault entra no terreno fértil da política e da ética. Nos seus estudos, Foucault apresenta um posicionamento que é eminentemente político em favor dos excluídos, e traz para o debate nos diversos campos do conhecimento questões que estiveram submersas. Textos e narrativas que falam do submundo, textos “sem eira nem beira”, discursos que falam do Outro marginalizado, homogeneizado.

Sob as influências de Bachelar e de Canguilhem Foucault defende que importa estudar o racionalismo regional. Da epistemologia de Canguilhem retira métodos e conceitos que transfere para o domínio da história (descontinuidade, recorrência, ciência, verdade). Contudo faz uma crítica a epistemologia, pois enquanto arqueologia pretende ser uma crítica da própria ideia de racionalidade e diferente da epistemologia estabelece inter-relações conceituais ao nível do saber. Nem privilegia a questão normativa de verdade nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual. Realiza uma história dos saberes de onde desaparece qualquer traço de uma história do progresso da razão (MACHADO, 1981, p. 11). Em Nietzsche acolhe o método genealógico para examinar como o poder se organizou de modo a engendrar certas práticas discursivas e não discursivas. Sob essa influência tem como objeto de suas análises a racionalidade política moderna, história política dos corpos, história de subjetivação dos indivíduos em nossa cultura e, principalmente, pergunta pelo presente.

Sobre a análise arqueológica que desenvolveu, tem-se colocado que Foucault, na verdade, constrói uma teoria do discurso, teoria esta explicitada nos seus textos *Arqueologia do Saber* (1995) e *Ordem do Discurso* - aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 (1999). Sobre este argumento, Lourenço (1998, p. 16) diz que “a arqueologia de Foucault se revela como algo mais que uma simples metodologia, mesmo revolucionária. Essa arqueologia é tributária de uma filosofia, ou com mais precisão de uma teoria da Linguagem”. Posta esta questão, é preciso que se considere, ainda, que na proposta foucaultiana está embutida a proposição de não haver separação entre o teórico e o metodológico (FISCHER, 1997, p. 69), o que na verdade torna-se um facilitador para as análises, pois, em Foucault, pode-se acolher referências do seu “método” arqueológico e também referências no que se refere ao conceito chave de discurso.

A arqueologia proposta por Foucault (1995, p. 194) “fala (...) de cortes, de falhas, formas inteiramente novas de positividade e redistribuições súbitas”, uma arqueologia que diferentemente da história “procura soltar todos os fios ligados pela paciência dos historiadores, multiplica as diferenças, baralha as linhas de comunicação (...) não tem por projeto superar as diferenças, mas analisá-las”<sup>7</sup>. Ao mapear o desenvolvimento de sistemas de pensamento ou práticas discursivas, tais como os que constituem as prisões modernas, as instituições mentais, os hospitais, a sexualidade, a economia política e a gramática (CHERRYHOLMES, 1993, p. 150), Foucault questiona os discursos da sociedade ocidental branca, judaico-cristã e heterossexual como poucos pesquisadores o fizeram.

Nas últimas décadas, têm sido significativas as investigações em diversos campos da teoria social, e em particular na área da educação ancoradas nos seus estudos (a questão do saber e método arqueológico; a questão de poder e a metodologia genealógica; e a questão das tecnologias do Eu relacionadas com ética, poder e subjetivação). De fato, essas investigações têm tematizado com frequência as tecnologias de dominação, questão tratada de forma substantiva por Foucault, ao tempo em que categorias como discurso, poder, vontade de verdade, governamentalidade, biopoder, disciplinaridade, ética são tomadas do autor para analisarem-se processos diversos de subjetivação.

---

<sup>7</sup> Idem.

Exemplo ilustrativo dá-se com a categoria discurso, tal como é concebida na análise arqueológica de Foucault, e utilizada no estudo de Said (1990) *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, estudo relevante e de grande impacto no campo das ciências humanas e em particular na teoria pós-colonialista. Utiliza como método de investigação a proposta de análise arqueológica de Foucault sobre a qual nos diz: “sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar – e até produzir - o Oriente política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-iluminismo (SAID, 1990, p. 15).

Afirma Larossa (1994, p.52): “o exemplar na análise foucaultiana é essa articulação entre saber e poder em cujo interior se produz o sujeito”.

Outros posicionamentos seguem:

A noção proposta por Foucault de uma arqueologia do homem ocidental moderno como um problema de finitude inextrincável de seu conseqüentário, seu Outro permite que as afirmações lineares progressistas das ciências sociais – os maiores discursos imperializantes – sejam confrontados por suas próprias limitações históricas (BHABHA, 2000, p. 60).

Moraes (2004) destaca que nos últimos anos de sua vida “interroga certos espaços que nos cercam” identificando o espaço de “heterotopias - lugares que, mesmo sendo localizáveis, se configuram como um lugar a parte, constituindo uma espécie de contestação ao mesmo tempo mítica e real do espaço em que vivemos” (MORAES, 2004, p. 49). Entre esses espaços destaca as prisões, os bordéis (abrigoando os desvios) as bibliotecas e os museus (projetando ideias de uma sociedade) e a imagem de um barco a que melhor revela da heterotopia “espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, fechado em si e, ao mesmo tempo, lançado ao infinito do mar”<sup>8</sup>

É reveladora ainda, a possibilidade que a análise arqueológica de Foucault permite quando se trata das questões da cultura e dos processos de subjetivação. A análise arqueológica trouxe uma contribuição tão significativa para a análise das relações entre diferentes culturas como a contribuição do materialismo histórico de Karl Marx para a análise das relações de classe nas sociedades capitalistas. Sobre a contribuição de Foucault, no campo da cultura, diz Santos (1995, p. 2): “Foucault é o grande teorizador da exclusão. Se a desigualdade é um fenômeno sócio-econômico, a exclusão é, sobretudo um fenômeno cultural, um fenômeno da civilização”.

Ainda sobre a contribuição do método arqueológico desenvolvido por Foucault, ressalta Machado (1981, p. 11) que a riqueza do método arqueológico está em ser um instrumento de análise sobre as ciências do homem capaz de, ao mesmo tempo, neutralizar a questão da cientificidade, sem, no entanto abandonar o rigor e a exigência que permite na sua análise arqueológica estabelecer descontinuidades não epistemológicas, mas arqueológicas, ou seja, situada ao nível dos saberes.

Considerando-se que a análise arqueológica de Foucault é uma história dos discursos, vale a pena reforçar que ela, enquanto história, analisa os processos de construção do discurso, ou seja, faz uma análise desses discursos. Para clarificarmos esta ideia, propomo-nos fazer uma reflexão sobre o que vem a ser a versão foucaultiana de análise do discurso, não exaustiva, mas que possa demarcar as possibilidades e os limites dessa análise de cunho qualitativo no campo da educação.

A partir da tese básica explicitada no seu texto *A Ordem do Discurso*, Foucault (1999) defende que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT,

<sup>8</sup> Id.ibid., p. 51.

1999, p. 9). Nessa perspectiva, define que o seu método de análise não seria nem formalizador nem interpretativo. Sobre o método de análise Foucault, define quatro princípios: o princípio de inversão, isto é, recorrendo a Foucault (1999, p. 52) “lá, onde, (...) cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a do autor, da disciplina, da vontade de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso”; o princípio da descontinuidade refere-se ao fato de que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (p.52-53); o princípio da especificidade, isto é, que “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (p.53); o princípio da exterioridade, que aponta para, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, “passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (p. 53).

Foucault indica também uma questão para ele importante no método de análise do discurso: os procedimentos de exclusão do discurso e nesse sentido, fala de procedimentos externos (nos quais estão em jogo o poder e o desejo); de procedimentos internos (nos quais estão em jogo o acaso e suas aparições), e das condições de funcionamento dos discursos. Sobre os procedimentos externos, três aspectos são levantados por Foucault: Interdição do tabu do objeto ritual da circunstância (a missa, a aula, o seminário, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala); Oposição razão x loucura/ verdadeiro x falso e Vontade de Verdade (apoia-se sobre um suporte institucional como a pedagogia, o sistema de livros, o laboratório). Os procedimentos internos funcionam a título de princípios de classificação, ordenação e distribuição e referem-se ao Comentário (narrativas maiores que se contam, repetem conforme circunstâncias determinadas), ao Autor (no sentido de função autor) e às disciplinas (domínio de objetos, conjuntos de métodos, *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas) (Foucault (1999, p. 22 -57).

Esses procedimentos de exclusão, externos e internos, são, na análise de práticas discursivas no campo das ciências sociais e humanas, de importância fundamental para entendermos tanto os cenários de produção do discurso como os efeitos de vontade de verdade e de poder desses discursos Para Foucault (1999, p. 30).

Foucault refer-se ainda ao acontecimento discursivo e diz que este ocorre desde o momento em que qualquer coisa se solta do mundo anônimo, quando há o murmúrio anônimo e, de repente, dá-se um acontecimento, qualquer coisa que é dita. Na perspectiva desse acontecimento discursivo, Foucault vai dizer que é importante considerar: “segundo que regras um enunciado foi construído e, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos; como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar; determinar as condições de existência de determinado enunciado; fixar seus limites da forma mais justa; estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, mostram outras formas de enunciação excluídas; considerar que um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente; observar a relação entre enunciados; relação entre grupos de enunciados assim estabelecidos; descrever outras unidades; aceitar um recorte provisório; escolher um domínio em que as relações corram o risco de serem numerosas” (FOUCAULT, 1995, p. 33).

“Que civilização, aparentemente teria sido mais respeitosa com o discurso que a nossa? Onde teria sido mais e melhor honrado? Onde, aparentemente, teria sido mais radicalmente libertado de suas coerções e universalizado?” São questões que Foucault levanta para logo em seguida dizer que sob essa aparente veneração do discurso há um temor que se quisermos apagá-lo deveremos analisá-los considerando três grupos de funções: questionar a nossa vontade de verdade, restituir ao discurso o seu caráter de acontecimento e suspender a soberania do significante (FOUCAULT, 1999, p. 50-51).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de aportes implicados de forma imanente com as questões que emergem nas sociedades atuais e, portanto, com os objetos da pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais e humanas.

A associação a essas referências possibilita a pesquisa um olhar que combina aspectos da dominação e da resistência nas diversas práticas sociais e culturais; o tratamento da linguagem como um sistema de significação; o reconhecimento do saber como uma relação de força; a identificação do poder como uma rede produtiva; e o acolhimento do discurso educacional como prática que define, constrói e posiciona os sujeitos. Um discurso que, enquanto prática, obedece às regras, um discurso que, tal como um testemunho histórico descreve-se a si próprio e às suas articulações. Fazemos uma articulação conceitual dessas duas correntes teóricas e metodológicas, portanto, para mostrar como atuam na crítica às patologias da ocidentalização e realçar sua positividade para a prática e teorização social.

Enveredar por este mapa significa ainda poder entender e analisar o discurso nos campos das ciências sociais e humanas como processos históricos em sua descontinuidade como um acontecimento. E mais ainda tal como Foucault nos alerta a verdade é uma construção fruto das relações de poder dizer e validar algo como verdadeiro. Essas são questões fundamentais para o campo da pesquisa nas ciências sociais e humanas.

### Referências Bibliográficas

BHABHA, H. (2001). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Autêntica.

BRARKER, C. & GALASÍNSKY, D. (2001). *Cultural Studies and Discourse Analysis*. A

Dialogue on Language and Identity. London: SAGE Publications Ltd; California: SAGE Publications Inc.; New Delhi SAGE Publications India Pvt Ltd.

CANEN, A. ARBACHE, A. P. & FRANCO, M. (2000). “Pesquisando Multiculturalismo e Educação: o que dizem as dissertações e teses”, in *ANPEd*. Disponível em: [www.anped.org.br/gt1.htm](http://www.anped.org.br/gt1.htm). Acesso em: 10 dez. 2000.

CARVALHO, R. T. (2004). *Discursos pela Interculturalidade no Campo Curricular da Educação de Jovens e Adultos no Brasil nos anos 1990*. Recife: NUPEP/UFPE/ Edições Bagaço.

CARVALHO, R. T. (2012). O discurso curricular intercultural na educação de jovens e adultos e a produção de subjetividades. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 47-61, 47,

CHERRYHOLMES, C. (1993) Um Projeto social para o Currículo: perspectivas pós-estruturalistas. In: SILVA, T. T. (org.) *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 143 – 172.

DELEUZE, G. (2005). *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense.

FANON, F. (1975). *Pele Negra Máscaras Brancas*. Porto: Paisagem.

- FISCHER, R. M. B.(1997). O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise Cultura Mídia e Educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, no. 22 (2), p.59-80.
- FOUCAULT, M. (1995). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (1999). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- FOUCAULT, M. (2004). Verdade, poder e Si Mesmo. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Michel Foucault 1926 – 1984 *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 294-300.
- FREIRE, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1997) “Política e Educação” *Questões da Nossa Época*. São Paulo: Cortez Editora.
- HALL, S. (2003) *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.
- HÚSEN, T. (1988) *Nuevo análisis de la sociedad del aprendizaje*. Barcelona: Ed. Paidós, MEC.
- LANDER, E. (2003) *Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos*. In: LANDER, Edgardo (compilador) *La colonialidad Del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso.
- LAROSSA, Jorge (1994). *Tecnologias do Eu e Educação*. In SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *O Sujeito da Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.35-86.
- LEITE, C. M. F.(2002) *O Currículo e o Multiculturalismo no Sistema Educativo Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e Tecnologia.
- LOURENÇO, Eduardo (1996) *Foucault ou o Fim do Mundo*. In: FOUCAULT, Michel. *As Palavras e As Coisas*. Lisboa: Edições 70.
- MACHADO, Roberto(1981). *Ciência e Saber - A trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro. Edições Graal.
- MACLAREN, P. (1993). Pós – Modernismo, Pós-Colonialismo e Pedagogia. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org) *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 9-40.
- MELUCCI, A. (2005). *Por uma sociologia reflexiva*. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MORAES, E. R. (2004) *A Palavra Insensata*. *Cult* (São Paulo) , v. 81, p. 49-52.

- MOREIRA, A. F. B. & MACEDO, E. F. (2000) “Currículos, Políticas Educacionais e Globalização” in José Augusto Pacheco (org.) *Políticas de Integração Curricular*. Porto: Porto Editora LDA, 99-126.
- NELSON, C. TREICHLER, P. A., & GROSSBERG, L. (1995) Estudos Culturais: Uma introdução. In: SILVA, T. T. (org.) *Alienígenas na sala de Aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, . 7-34
- POPKEWITZ, T. S. (2000). Reforma, conhecimento pedagógico e administração social da individualidade: a educação escolar como efeito de poder. In: IMBERNÓN, F. *A Educação no Século XXI*. Os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- SAID, E. W. (1990). *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 141-169.
- SANTOS, B. S. Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. Palestra no VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. UFRJ (policopiado), 1995.
- SHÄFFER, M. (1999) “Subjetividade e enunciação. Perpectivas sobre o sujeito”. *Educação e Realidade* 24 (1) 19-39.
- SILVA, T. T. (2000). *Documentos de Identidade*, Uma introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica.
- WILLIAMS, R.(1992). *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WILLINSKY, J. (1999). Currículo, Depois da Cultura. In: SILVA, L. H (Org.). *Qual conhecimento? Qual Currículo?* Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes.